Notícias do dia 26 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 6

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
PEC congela gastos de Goiás por uma década . . . 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
RRF é alternativa má questão tucana em Goiás - FIO DIRETO . . . 4

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Maquiagem - FIO DIRETO . . . 5

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
PEC corta aumento a servidores e limita gastos por uma década em Goiás . . . 6

SAGRES 730 ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Adesão ao RRF em ano eleitoral gera preocupação entre lideranças da base caiadista . . . 7

GOIÁS EM CENA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
DICOM divulga lista de candidatos ao estágio aprovados para a segunda fase. . . . 9

O POPULAR - ON LINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
PEC corta aumento a servidores e limita gastos por uma década em Goiás . . . 10

PEC congela gastos de Goiás por uma década

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) necessária para que **Goiás** entre no Regime Recuperação Fiscal (RRF) limita os gastos do Estado até dezembro de 2031. O projeto foi enviado pelo governo ontem à Assembleia Legislativa e institui um novo regime fiscal, que passa a valer a partir de janeiro do ano que vem e impede o Estado de conceder, por exemplo, aumentos e benefícios aos servidores acima da inflação enquanto durar o regime.

As medidas congelam por uma década as despesas primárias do Estado, permitindo apenas acréscimos dentro da variação do IPCA, e afetam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública, além das respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e as empresas estatais dependentes. Ficará a cargo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) verificar se os limites estão sendo cumpridos.

Ficam de fora dessa limitação: despesas como saúde e educação, e com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); com o pagamento de precatórios, e de empresas estatais dependentes incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja receita tenha como fonte emendas parlamentares federais, ou que sejam custeadas com doações e transferências voluntárias; além das transferências constitucionais para municípios.

Não fica impedida, porém, a realização de concursos públicos ou a concessão de aumentos e promoções. Como mostrou o POPULAR na segunda-feira (24), isso pode ocorrer, desde que dentro do teto.

Tanto que a PEC determina que a LOA de cada ano deve prever, em anexo próprio, "por carreiras e órgãos, a autorização específica e o respectivo impacto fiscal da realização, no exercício seguinte, de concursos públicos destinados à reposição de vacâncias e das concessões de evoluções dos servidores na carreira, bem como de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras e admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título".

Até a entrada no RRF, permanece a autorização para evolução de carreira de servidores públicos apenas uma vez por ano, limitado aos integrantes da Segurança Pública e Administração Penitenciária, da Saúde e da Educação.

ARTICULAÇÃO

O governo já começou a conversar com deputados em busca de apoio para a PEC, que precisa de no mínimo 25 votos para ser aprovada. A base governista tem apenas 23 deputados, o que cria dificuldade para aprovar projetos polêmicos, principalmente os que envolvem o funcionalismo público.

Na semana passada, o governo conseguiu aprovar o projeto que cortou o pagamento automático de complementação de carga horária para professores da rede pública estadual por uma diferença de apenas dois votos, e depois de duas votações, visto que deputados afirmaram que a primeira não registrou todos os votos.

É nesse cenário que a base governista se movimenta em busca de apoio e tem na mira deputados como Francisco Oliveira, Helio de Sousa e Talles Barreto, todos do PSDB, além de Henrique Arantes (MDB) e Virmondes Cruvinel (Cidadania).

O último tem representação junto aos servidores públicos, mas deputados da base argumentam que ele já votou de maneira favorável ao governo em projetos polêmicos antes, como a PEC que incluiu o orçamento da UEG nos 25% da educação, em 2019. Por outro lado, votou contra a PEC da Previdência, no ano passado.

Parlamentares apontam também que o governo foi alertado sobre dois dos 23 deputados da base que devem demandar maior diálogo: Paulo Cezar Martins (MDB) e Coronel Adailton (PP). O último tem representação junto ao funcionalismo.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/26-maio-2021/1o-caderno#state=a2266b69-ffc0-42e9-9317-3ebc78055de3&session_state=7eb59f33-48ce-4463-8c51-fbc9d3181149&code=8edac488-8c7f-41c3-9f71-21838f863021.7eb59f33-48ce-4463-8c51-fbc9d3181149.51acc584-5105-478f-a03f-4b9c7baf4325

RRF é alternativa má questão tucana em Goiás - FIO DIRETO

Cloves Reges

Na última sexta-feira, o plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento que determinou a adesão do Estado de **Goiás** ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), com as prerrogativas de suspensão do pagamento da dívida. Desde o início da atual gestão, em 2019, o Estado pleiteava o ingresso ao RRF. Relatório da área técnica do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, referente às contas de governo de 2018, último ano da gestão tucana em **Goiás**, ajuda a compreender porque a medida pleiteada pelo governador Ronaldo Caiado era tão necessária. Entre as irregularidades que culminaram com um rombo de guase R$ 7 bilhões nas contas públicas ao final do exercício de 2018, os técnicos do Tribunal apontaram que ao analisar o Demonstrativo das Obrigações por Competência, as Despesas de Exercícios Anteriores empenhadas em 2019 até 16/04/2019 e informações encaminhadas à Corte pela Secretaria da Economia, foram identificadas um total de R$ 2,22 bilhões de despesas incorridas em 2018 para as quais não foi realizado prévio empenho. Deste valor 98,57% foram realizadas pelo Poder Executivo, 58,28% no grupo Pessoal e Encargos Sociais, 34,88% no grupo Outra Despesas Correntes, 80,47% contam com recursos de destinação não vinculada (fonte 100), 15,81% foram aplicados na área da saúde e 75,46% destas não apresentaram a área de atuação governamental nos relatórios analisados. O **TCE**-GO lembrou que a realização de despesas sem prévio empenho é prática vedada por lei. Ao final do exercício de 2018, o Estado de **Goiás** apresentava insuficiência total de caixa para quitação de suas obrigações no montante de R$ 6.732.084.974,00, sendo 98% desse valor no Poder Executivo.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210526

Maquiagem - FIO DIRETO

Cloves Reges

No relatório técnico das contas do governador, referente a 2018, o **TCE** relata que a insuficiência de maior criticidade foi apresentada na fonte 100 (Receitas Ordinárias), que representou mais de 56% do total, sendo a mesma responsável pela quitação das vinculações constitucionais. Isso significa que o estado de **Goiás**, ao final de 2018, não possuía caixa suficiente para cumprimento de suas obrigações com saúde, educação e ciência e tecnologia.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210526

PEC corta aumento a servidores e limita gastos por uma década em Goiás

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) necessária para que **Goiás** entre no Regime Recuperação Fiscal (RRF) limita os gastos do Estado até dezembro de 2031. O projeto foi enviado pelo governo ontem à Assembleia Legislativa e institui um novo regime fiscal, que passa a valer a partir de janeiro do ano que vem e impede o Estado de conceder, por exemplo, aumentos e benefícios aos servidores acima da inflação enquanto durar o regime.

As medidas congelam por uma década as despesas primárias do Estado, permitindo apenas acréscimos dentro da variação do IPCA, e afetam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública, além das respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e as empresas estatais dependentes. Ficará a cargo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) verificar se os limites estão sendo cumpridos.

Ficam de fora dessa limitação: despesas como saúde e educação, e com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); com o pagamento de precatórios, e de empresas estatais dependentes incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja receita tenha como fonte emendas parlamentares federais, ou que sejam custeadas com doações e transferências voluntárias; além das transferências constitucionais para municípios.

Não fica impedida, porém, a realização de concursos públicos ou a concessão de aumentos e promoções, isso pode ocorrer, desde que dentro do teto.

Tanto que a PEC determina que a LOA de cada ano deve prever, em anexo próprio, "por carreiras e órgãos, a autorização específica e o respectivo impacto fiscal da realização, no exercício seguinte, de concursos públicos destinados à reposição de vacâncias e das concessões de evoluções dos servidores na carreira, bem como de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras e admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título".

Até a entrada no RRF, permanece a autorização para evolução de carreira de servidores públicos apenas uma vez por ano, limitado aos integrantes da Segurança Pública e Administração Penitenciária, da Saúde e da Educação.

Site: http://verdevale103.com.br/noticia-1528104068-pec-corta-aumento-a-servidores-e-limita-gastos-por-uma-decada-em-goias

Adesão ao RRF em ano eleitoral gera preocupação entre lideranças da base caiadista

Rubens Salomão

A entrada de **Goiás** no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) a partir de janeiro de 2022, como antecipado pela procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente, e detalhado pela secretária de Economia, Cristiane Schmidt, ambas em entrevistas exclusivas à Sagres, gera preocupação, para dizer o mínimo, entre lideranças da base política do governador Ronaldo Caiado (DEM). Os aliados têm reforçado junto ao governo, desde o ano passado, a necessidade de investimentos e entregas de obras e serviços nas bases eleitorais, com vistas à eleição do próximo ano e, agora, temem que os benefícios possam não sair do papel.

Líderes políticos da base caiadista confirmam, em conversas com a Coluna, o receio de que as restrições impostas pelas Leis Complementares 159/2017 e 178/2021 deixem o governador de mãos atadas justamente no ano eleitoral. A maior preocupação não é com a reeleição do governador, mas com a viabilidade de candidaturas governistas a deputado federal e estadual. "Não sei exatamente o que está nesse termo de ajuste, mas é possível que sobre um dinheiro com a renegociação das dívidas. Agora, com certeza, vai ser um problema junto ao funcionalismo público e é possível que atrapalhe, sim", avalia um auxiliar, que deve deixar o cargo no ano que vem para ser candidato.

O mesmo caiadista aponta que fica na torcida: "tomara que o governador tenha feito a opção correta, mas neste momento eu tenho medo. Fica muito bom para o currículo de quem conseguiu enquadrar o estado, mas tem que ver o estrago que isso vai causar eleitoralmente, né?". Na Assembleia Legislativa, a avaliação é de que serão retomadas internamente as manifestações contrárias à entrada de **Goiás** no RRF e já existe previsão de reuniões, nos próximos dias, com o governador e parte da equipe com deputados na tentativa de viabilizar os 25 votos necessários para aprovação da PEC que, mais uma vez, pede autorização para adesão ao RRF.

Um palaciano próximo ao governador e entendido das questões fiscais, no entanto, tem visão mais otimista. Diz à Sagres em OFF que, em balanço geral, não acredita em prejuízo político para a base aliada. "Tem custo, mas tem benefício", considera.

O auxiliar conta que a expetativa na cúpula do governo é que haverá tempo para "chegar empréstimo e já dar o ponta pé inicial em muitas obras e ações" e redutos eleitorais importantes. A conferir.

O plenário da Assembleia Legislativa derrubou veto do governador, com 28 votos favoráveis e apenas dois contrários, à lei que reconhece instituições religiosas como serviços essenciais em períodos de calamidade pública em **Goiás**.

O texto, de autoria do deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos), que é pastor da Igreja Universal, espera garantir que igrejas não sejam afetadas por decretos de isolamento social. O deputado lembra a prefeitos que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu aos municípios autonomia para tomar decisões relacionadas ao combate à covid-19. "Peço, novamente, que não fechem os templos religiosos", disse Jeferson.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Humberto Aidar (MDB), escolheu o deputado Talles Barreto (PSDB) como relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO). Humberto tem acordo para ocupar vaga aberta no TCM e Talles é contra a extinção do tribunal.

A PEC do TCM completou prazo regimental e teve tramitação iniciada. Como antecipado aqui, estudo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) será apresentado em audiência pública, com posição pela inviabilidade de absorção da estrutura do TCM. O argumento será o motivo oficial para mudança de lado adotado por deputados que apoiavam a PEC antes da aposentadoria do ex-**conselheiro** Nilo Resende.

O deputado Álvaro Guimarães (DEM) insistiu e arrancou uma declaração de Humberto Aidar sobre a indicação à vaga no TCM. Na reunião de ontem da CCJ, perguntou ao presidente do colegiado: "Vamos mesmo para o tribunal ou ainda estamos pensando?",

ao que Humberto rebateu: "O senhor se refere a alguma visita que a comissão vai fazer no TCM?", disse, aos risos.

Na sequência, Álvaro foi mais objetivo e perguntou se o Aidar vai "abandonar" os colegas para assumir cadeira no tribunal. "Jamais abandonarei os companheiros, estando onde estiver. Vamos aguardar para ver os acontecimentos", disse Humberto Aidar.

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), em conjunto com o Fórum Goiano de Defesa dos Direitos, da Democracia e Soberania, organizam manifestação "Povo na Rua pelo Fora Bolsonaro". A convocação ocorre pelas redes sociais e o ato está marcado para este sábado, às 9h, na Praça Cívica.

O prefeito de Anápolis, Roberto Naves (PP), presta contas dos gastos relativos ao primeiro quadrimestre de 2021, na próxima segunda-feira (31), às 9h30, na Câmara municipal. A sessão contará com transmissão ao vivo pelo canal da TV Câmara no Youtube.

Com ampla base de apoio na Casa, a audiência foi pedida pela prefeitura e agendada pelo presidente da Câmara Municipal, Leandro Ribeiro (PP). O secretário de Economia, Valdivino José de Oliveira, também vai participar.

Site: https://sagresonline.com.br/adesao-ao-rrf-em-ano-eleitoral-gera-preocupacao-entre-liderancas-da-base-caiadista/

DICOM divulga lista de candidatos ao estágio aprovados para a segunda fase.

A Diretoria de Comunicação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** divulga lista de estudantes que, após análise de currículo, tiveram seus nomes aprovados para a segunda fase da seleção de estagiários. Na etapa seguinte eles deverão desenvolver conteúdo de acordo com especificações da DICOM na próxima quinta-feira (27/05). Aqueles com melhor desempenho, ainda passarão por entrevista. Os estudantes concorrem a uma vaga de estágio em jornalismo (com início até janeiro de 2022) e outra em publicidade ou design gráfico, com início imediato. Apenas alunos cursando entre o 4º e o 6º períodos de jornalismo e publicidade, e o terceiro de design gráfico tiveram seus currículos avaliados.

APROVADOS

Jornalismo

APROVADOS

Design Gráfico/Publicidade e Propaganda

Diretoria de Comunicação

Tel: (62) 3228-2697 / 3228-2699 / 3228-2899

E-mail: imprensa@**tce**.go.gov.br

Publicado em 26/05/2021

Site: https://goiasemcena.com.br/dicom-divulga-lista-de-candidatos-ao-estagio-aprovados-para-a-segunda-fase/

PEC corta aumento a servidores e limita gastos por uma década em Goiás

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) necessária para que **Goiás** entre no Regime Recuperação Fiscal (RRF) limita os gastos do Estado até dezembro de 2031. O projeto foi enviado pelo governo ontem à Assembleia Legislativa e institui um novo regime fiscal, que passa a valer a partir de janeiro do ano que vem e impede o Estado de conceder, por exemplo, aumentos e benefícios aos servidores acima da inflação enquanto durar o regime.

As medidas congelam por uma década as despesas primárias do Estado, permitindo apenas acréscimos dentro da variação do IPCA, e afetam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública, além das respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e as empresas estatais dependentes. Ficará a cargo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) verificar se os limites estão sendo cumpridos.

Ficam de fora dessa limitação: despesas como saúde e educação, e com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); com o pagamento de precatórios, e de empresas estatais dependentes incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja receita tenha como fonte emendas parlamentares federais, ou que sejam custeadas com doações e transferências voluntárias; além das transferências constitucionais para municípios.

Não fica impedida, porém, a realização de concursos públicos ou a concessão de aumentos e promoções. Como mostrou o POPULAR na segunda-feira (24), isso pode ocorrer, desde que dentro do teto.

Tanto que a PEC determina que a LOA de cada ano deve prever, em anexo próprio, "por carreiras e órgãos, a autorização específica e o respectivo impacto fiscal da realização, no exercício seguinte, de concursos públicos destinados à reposição de vacâncias e das concessões de evoluções dos servidores na carreira, bem como de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras e admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título".

Até a entrada no RRF, permanece a autorização para evolução de carreira de servidores públicos apenas uma vez por ano, limitado aos integrantes da Segurança Pública e Administração Penitenciária, da Saúde e da Educação.

ARTICULAÇÃO

O governo já começou a conversar com deputados em busca de apoio para a PEC, que precisa de no mínimo 25 votos para ser aprovada. A base governista tem apenas 23 deputados, o que cria dificuldade para aprovar projetos polêmicos, principalmente os que envolvem o funcionalismo público.

Na semana passada, o governo conseguiu aprovar o projeto que cortou o pagamento automático de complementação de carga horária para professores da rede pública estadual por uma diferença de apenas dois votos, e depois de duas votações, visto que deputados afirmaram que a primeira não registrou todos os votos.

É nesse cenário que a base governista se movimenta em busca de apoio e tem na mira deputados como Francisco Oliveira, Helio de Sousa e Talles Barreto, todos do PSDB, além de Henrique Arantes (MDB) e Virmondes Cruvinel (Cidadania).

O último tem representação junto aos servidores públicos, mas deputados da base argumentam que ele já votou de maneira favorável ao governo em projetos polêmicos antes, como a PEC que incluiu o orçamento da UEG nos 25% da educação, em 2019. Por outro lado, votou contra a PEC da Previdência, no ano passado.

Parlamentares apontam também que o governo foi alertado sobre dois dos 23 deputados da base que devem demandar maior diálogo: Paulo Cezar Martins (MDB) e Coronel Adailton (PP). O último tem representação junto ao funcionalismo..

Ronaldo Caiado(DEM),governador de **Goiás** com 23 deputados na base, governo articula por apoio na oposição (Foto: Wesley Costa/O Popular)

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/politica/pec-corta-aumento-a-servidores-e-limita-gastos-por-uma-d%C3%A9cada-em-goi%C3%A1s-1.2256403